

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC – Nº 474

Dia: 07/12/2023 (quinta-feira)

Horário: 9h30

Formato: Virtual

Pauta:

INFORMES

1. Devolutiva sobre os resultados da Conferência Estadual de Cultura - Conselheira Cláudia Pinto;
2. Apresentação das ações prioritárias: Previstas x Realizadas - Coordenação de cada GT

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Reunião Ordinária – Nº 474

Quinta-feira – 07/12/2023

Formato: Virtual

Frequência dos Conselheiros Titulares

1. Ana de Fátima Braga Barbosa
2. Augusto Ferrer de Castro Melo
3. Cássio Raniere Ribeiro da Silva
4. Claudia Regina de Farias Rodrigues
5. Diomedes de Oliveira Neto
6. Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade
7. Margarida de Oliveira Cantarelli
8. Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas
9. Mônica Siqueira da Silva
10. Reinaldo José Carneiro Leão
11. Roberto José Marques Pereira

Frequência dos Conselheiros Suplentes

1. Célia M^a Médicis Maranhão de Queiroz Campos
2. Claudia Pereira Pinto
3. Maurício Barreto Pedrosa Filho
4. Marcos Paulo Aurélio dos Santos

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 07 de dezembro de 2023, teve início à reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma virtual, considerando ser a 474^a reunião, que ocorreu em caráter ordinário. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Diomedes de Oliveira Neto; Joana D'arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Margarida de Oliveira Cantarelli; Martin Leandro E. Palacios Teixeira de Freitas; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão; Roberto José Marques Pereira. Conselheiros (as) suplentes: Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos; Claudia Pereira Pinto; Marcos Paulo Aurélio dos Santos; Maurício Barreto Pedrosa Filho. A presidente **Claudia Rodrigues** saudou a todos e mencionou que a reunião seria mais preparatória para a finalização do ano, agendada para o dia 15 deste mês, com a presença dos conselheiros. “O objetivo é apresentar um relato sobre nossa atuação e discutir os planos para o próximo ano com os demais conselheiros dos dois Conselhos. No primeiro bloco, está planejada uma breve exposição sobre os avanços na área de patrimônio, resultado da conferência de Cultura. Tivemos com a participação da nossa conselheira Claudia Pinto, representando nosso Conselho, e Augusto Ferrer, do Conselho de Política Cultural. No segundo bloco, os oito coordenadores de GT's apresentarão os avanços nas prioridades estabelecidas desde abril do ano passado. Após isso, será discutido o foco para o próximo ano até março de 2024, com base na revisão da ata de 05 de abril, que delineou os grupos de trabalho e as prioridades”. **Claudia Pinto** cumprimentou a todos, anunciando que faria um breve relato sobre a conferência, enfatizando o funcionamento para os delegados e participantes, assim como a parte técnica desenvolvida. Destacou também sua presença e a presença do conselheiro Cláudio Brandão (representando a conselheira Mônica) e Augusto Ferrer, que estiveram presentes contribuindo em diferentes áreas de Política e do Patrimônio. Comunicou que a conferência teve início na sexta-feira, dia 24, e fez um relato sobre os bastidores e a parte técnica do evento. Após a cerimônia de abertura, procedeu-se à leitura em plenária do regimento interno com a participação dos delegados, culminando em sua aprovação. Durante a conferência, ocorreram avanços importantes na votação e aprovação do regimento interno, que incluiu a divisão das regiões em Sertão, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana. Destacou-se a solicitação para dividir o Sertão em representações titulares e suplentes, abrangendo o Sertão, São Francisco, Araripe, Central, Moxotó e Pajeú. Quanto ao Agreste, foi dividido em três partes: Meridional, Setentrional e Central, Mata Sul, Mata Norte e Metropolitana. No eixo 5, trata da economia criativa, trabalho e renda. Durante a reunião dos grupos setoriais, foram aprovadas duas propostas de cada eixo, totalizando 12 propostas aprovadas. Após deliberação conjunta, cada eixo apresentou uma proposta ao plenário geral. Esses avanços representaram uma conquista significativa para a Política Cultural, com 29 propostas. Após a abertura, houve a leitura do regimento interno em plenária, seguida pela sua aprovação. Durante a

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

sessão, destacou-se a solicitação de divisão do Sertão em representantes titulares e suplentes, abrangendo diferentes setores. O Agreste também foi dividido em três partes distintas. Além disso, durante a reunião dos grupos setoriais, foram aprovadas 12 propostas, com cada eixo apresentando uma proposta ao plenário geral posteriormente. Através de votação, foram estabelecidas 12 representações entre titulares e suplentes. Ocorreram os debates dos 06 eixos, quais são: eixo 01. Institucionalização Marcos legais e Sistema Nacional de Cultura com 36 propostas; eixo 02. Democratização do acesso à cultura e participação social com 20 propostas; eixo 03. Identidade patrimônio e memória onde os conselheiros Claudia Pinto e Cláudio Brandão ficaram com 36 propostas que chegaram na conferência; o eixo 4. Diversidade cultural e transversalidade de gênero raça e acessibilidade na política cultural com 29 propostas; eixo 05. Economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade com 27 propostas e o eixo 06. Direito às artes e linguagens digitais com 25 propostas que foi onde o conselheiro Augusto Ferrer fez presente dando mais amplitude ao ponto de vista de participação. No sábado 25 ocorreram os debates. A proposta 1 é estabelecer parcerias entre os entes federados para promover programas de memória local através do mapeamento antropológico e criação de bolsas para povos tradicionais e originários. Mestres e mestras de saberes e fazeres tradicionais e da cultura popular, no intuito de garantir a coleta e difusão de documentações históricas, memória e tradição oral em todo o país, bem como assegurar títulos de notório saber, com contrapartidas realizadas em instituições de ensino da rede pública. A segunda proposta aprovada no eixo foi criar um programa de museus, bibliotecas e arquivos digitais voltados à moda da cultura popular brasileira, além de garantir espaços físicos para isso, no intuito de preservar a memória dos fazeres e fazedores da cultura popular em todo o Brasil. Também prevê destinar recursos financeiros para a preservação, manutenção e restauração de edifícios históricos tombados e em processo de tombamento protegidos, e fomentar programas de preservação do patrimônio natural, ambiental, material e imaterial, com pesquisa, difusão e democratização do acesso à museologia social. Falou também da preocupação de levar uma proposta em que se tenha a formação do docente e a aplicação da História local para que as crianças se sintam presentes no resgate da história de cada município. Esse eixo obteve 118 votos. **Claudia Rodrigues** passou a palavra para **Joana D'arc** onde mencionou que, embora tenha estado envolvida nas reuniões de organização da conferência, não conseguiu comparecer ao evento devido a outros compromissos, como a celebração da consciência negra, no qual atua como diretora do museu. Ela reconhece a relevância da representação da presidente do Conselho, que também é vice-presidente da Fundarpe. Recebendo a palavra, **Augusto Ferrer** destacou o eixo relacionado às artes e linguagens digitais, bem como o da linguagem de arquitetura. Esses foram os focos de interesse, e as aprovações e discussões que foram bastante produtivas. No entanto, ao olhar para a situação de forma mais ampla, percebido que o protagonismo está com o Conselho de Política. Eles têm um número maior de conselheiros e uma capacidade de articulação que ultrapassa a do Conselho, embora a eleição deste

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

delegado esteja vinculada a essa quantidade. Importante refletirmos sobre a participação do nosso Conselho em eventos como esse, buscando maneiras de fortalecer nossa atuação e garantir que nossas vozes sejam ouvidas. A conferência abordou temas como preservação, política e diálogo político. Houve debates acalorados e uma necessidade de revisão da metodologia. A conferência contou com participantes motivados por diferentes razões. No entanto, o resultado geral foi positivo. Tanto o Governo quanto a comissão organizadora desempenharam um papel importante. Realizar uma conferência de três dias com tantos tópicos e participantes exigiu um esforço significativo, mas as pessoas conseguiram lidar com isso de maneira adequada. De volta com a palavra, **Claudia Rodrigues** durante a reunião, sugeriu que seguissem uma característica adotada nos últimos meses: escrever propostas de melhorias para a próxima conferência. Essas propostas seriam compartilhadas em um material proativo. Além disso, há uma proposta de sequência dos coordenadores, e a presença da coordenadora Cecília era aguardada. Recebendo a palavra, **Cássio Ranieri** saudou a todos e discorreu sobre a oportunidade de participar da maioria das reuniões que antecederam a Conferência Estadual de Cultura do Estado de Pernambuco e ter observado como os processos se deram, e parabenizar a equipe designada da Secretaria de Cultura para trabalhar. Fez uma observação de que ela precisaria centralizar menos o seu trabalho e pactuar mais com todas as pessoas que estão envolvidas na organização. Fez uma breve apresentação das propostas aprovadas na etapa da delegação eleita, comissão organizadora, sobre a organização, as moções aprovadas e os registros. A presidente **Claudia Rodrigues** citou as prioridades do GT Legislação, que são, Edital Funcultura para patrimônio específico, ICMS Cultural, a revisão da Lei 7970, tratar do Regimento Interno do Conselho, da criação do Prêmio José Luiz Mota Menezes e por último, tratar do Prêmio Frei Caneca e passou a palavra para o Conselheiro **Maurício Pedrosa** no qual alega que, pela necessidade, atendeu demandas fora de pauta, o edital de seleção dos membros da sociedade civil e RPV. Relacionado ao ICMS cultural há um debate que já se arrasta por muito tempo, mencionou que a questão não depende apenas do GT, mas também preocupa toda a administração. Além disso, há uma lei de tombamento envolvida, e eles trabalham em conjunto com Claudia. O Conselheiro destaca que esse é um ponto crucial e que, em 2024, espera resolver essa questão, com o apoio da Secretaria de Cultura e demais conselheiros. O trabalho conjunto com Diomedes é fundamental. A prioridade é desbloquear essa situação. Houve um pedido de vista e já houve uma apresentação em que já teve uma reunião específica da Lei 7970. **Margarida Cantarelle** informou que sobre o ICMS Cultural está sendo analisado com outras áreas. **Claudia Rodrigues** informou que a Secretaria de Cultura está à frente dessa pauta. **Diomedes** demonstrou interesse em avançar com o Prêmio José Luiz Mota Menezes. Ele ressaltou que esse projeto já existe desde a gestão anterior e foi proposto pela Gerência de Preservação. O prêmio é destinado a pesquisadores e pesquisadoras que produzem publicações na área de patrimônio, como livros, dissertações e teses. Também argumentou a relevância do homenageado, José Luiz Mota Menezes, conhecido por sua proficiência em relação ao

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

patrimônio, mesmo após sua partida. **Célia Campos** destacou que o professor José Luiz, uma figura central no conhecimento sobre o patrimônio, merece uma premiação que vá além do âmbito acadêmico. Essa premiação poderia abranger historiadores e outros profissionais envolvidos na preservação do patrimônio cultural, mas alegou questão orçamentária, e a impossibilidade de realizar essa homenagem no ano atual. No entanto, sugeriu que a discussão sobre o prêmio pode ser retomada, talvez em parceria com a Secretaria de Cultura. A trajetória e contribuição de José Luiz, como primeiro secretário técnico da Fundarpe, foram reconhecidas por meio da medalha comemorativa dos 50 anos da instituição. Propôs explorar outras formas de homenagem no futuro, pelo Conselho ou Secretaria de Cultura. **Joana D'Arc** destacou a relevância da academia e a necessidade de aproximar o conhecimento acadêmico da prática real de preservação do patrimônio. Também mencionou a falta de recursos técnicos em muitos municípios e instituições, ressaltando que há muito conhecimento na academia que poderia ser premiado. Ela apoia a extensão desse reconhecimento não apenas ao patrimônio material, mas também ao patrimônio cultural como um todo. **Célia** lembrou que além disso, a proposta de premiar publicações pela CEPE foi discutida anteriormente. Agradecimentos foram dirigidos a Célia e Jane por suas contribuições. **Roberto Pereira** defendeu que, a Semana do Patrimônio pudesse se chamar Semana do Patrimônio José Luiz Mota Menezes, e a cada ano poderia ter alguma exposição que pudesse levar a figura de José por sua defesa do Patrimônio e por toda sua história na Fundarpe, no Instituto Arqueológico, Academia Pernambucana de Letras, na Universidade. **Maurício Pedrosa** retornou com a palavra falando sobre a atenção e a sintonia nessa reunião para adiantar os votos. **Claudia Rodrigues**: O GT de monitoramento de bens acautelados, coordenado por Augusto, definiu as seguintes prioridades durante a reunião do dia 5 de abril – visitas prioritárias a Timbó e São Pedro dos Clérigos, identificação de imóveis estaduais para sugerir sede própria à instituições, questões relacionadas à Casa de Oliveira Lima, possíveis visitas aos Fortes do Buraco e do Picão, tratamento da situação do Arquivo Público e um diagnóstico conjunto com o GT de Tombamento dos bens tombados pelo Estado. **Claudia Rodrigues** passou a vez de fala a **Augusto Ferrer**: os pontos de prioridade foram resumidos, com destaque para o avanço na questão do diagnóstico dos bens tombados. O Grupo de Trabalho de Monitoramento, composto por quatro integrantes (Augusto, Diomedes, Joana D'arc e Reinaldo), teve quatro momentos importantes, realizou-se a primeira reunião com a Fundarpe para entender a situação dos bens acautelados. Foi apresentada uma lista dos bens em estado crítico, incluindo aqueles com processo de tombamento em andamento. Na região metropolitana, identificaram-se 12 bens nessa condição. **Diomedes** fez uma apresentação detalhada dos bens em estado crítico, conforme registrado na Ata 443. Essa documentação está disponível. Houve uma reunião intercalada com apresentação de Fred Goiana, abordando questões relacionadas à Floresta, principalmente em relação ao Edifício da Força Pública. Não conseguiu encontrar os detalhes da reunião, portanto, não se lembra dos encaminhamentos práticos de forma específica. No entanto, ele pede aos outros

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

conselheiros que, se recordarem, contribuam com uma visão mais geral do que foi discutido na ocasião. O último momento relevante ocorreu em 3 de agosto, quando Júlio apresentou o restante da lista dos bens que precisam de atenção no interior do Estado. Essa lista está registrada na Ata 454 e inclui um total de 22 bens. A ideia do Grupo de Monitoramento é monitorá-los, considerando o que cabe a esse grupo. O Grupo continuará acompanhando e debatendo esses temas, agradecendo a todos pelo engajamento e contribuições. A seguir, estão os bens listados novamente, sem a necessidade de apresentação detalhada: Antiga Casa Rural do ex-governador José Rufino, no Cabo; Sítio histórico do Cabo Santo Agostinho; Baía de Suape; Engenho Monjope, em Igarassu; Histórico de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, em Paulista; Engenho Amparo, em Itamaracá; Casa do Conselheiro João Alfredo, também em Itamaracá; Conjunto Ambiental Paisagismo Histórico do Prata, em Recife; Antiga sede do Diário de Pernambuco; Conjunto Fabril da Tacaruna, também em Recife; Liceu de Artes e Ofícios; Hospital Ulisses Pernambucano; Imóvel onde residiu Clarice Lispector; Ele mencionou que podem haver outros pontos a serem acrescentados, especialmente relacionados à fotografias recebidas por Célia. Essa questão será debatida primeiramente dentro do Grupo de Trabalho (GT) junto com a Fundarpe, e posteriormente poderá ser trazida para o Conselho. Falou ainda sobre a situação da Igreja de São Félix em Orocó; Ambiente de Memória e Origem de Luiz Gonzaga em Exu, Ruínas da Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Petrolândia, Capela das Almas, Garanhuns, o parque Nilo Coelho em Brejo da Madre de Deus, a Ponte de Taíba em Paudalho, O Cine Teatro Recreio Benjamin, em Timbaúba, a Igreja São José de Botas de Ouro, em Tamandaré, o Edifício do Antigo Mercado de Cereais, de Vitória de Santo Antão e o edifício da Força Pública de Floresta. Informou que o arquiteto responsável pelo projeto de restauro do Cine Teatro Benjamin está enfrentando desafios relacionados aos recursos disponíveis para a restauração do prédio, pela limitação de verbas, com isso o trabalho é realizado em partes, o que pode levar a revisões e retrabalhos ao longo do tempo. Além disso, o Conselho tem discutido temas como destombamento e revisão do tombamento de bens históricos, como a casa do governador Zé Rufino e o Sítio Histórico Santo Agostinho, na Baía de Suape, O destombamento é um tema delicado que requer maturidade nas discussões. A ativação de bens sem uso, como o Engenho Monjope, o Antigo Prédio do Diário de Pernambuco e a Fábrica Tacaruna, também foi debatida. Além disso, houve a necessidade de articular politicamente para reativar as obras de reforma do Edifício da Força Pública de Floresta, que enfrentou desafios relacionados a recursos e eleições. Após a apresentação sobre os edifícios do interior, o GT Monitoramento encaminhou formalmente à Fundarpe a necessidade de esclarecimentos junto aos proprietários desses bens. O objetivo é garantir a preservação e a função social desses patrimônios. No entanto, o relatório ainda não foi entregue formalmente, e é necessário retomar as atividades do GT para avaliar a possibilidade de envolver o Ministério Público nessa questão. O balanço geral indicou que há espaço para melhorias na efetividade das ações do

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Conselho. **Claudia Rodrigues** destacou que alguns pontos necessitam ser atualizados, pois existem várias iniciativas do governo que o GT precisa estar ciente. Repassou a palavra para **Diomedes** onde sugeriu que o Conselho considerasse desdobrar essa iniciativa em etapas, abordando também os bens registrados com IEPS no Recife. Essa abordagem gradual permitiria um trabalho mais eficiente e abrangente. Ressaltou que há outros bens em processo de tombamento também em situação crítica. A abordagem deve ser gradual para evitar sobrecarga e sugere uma reunião para atualizar informações sobre os bens, incluindo boas notícias relacionadas ao Tacaruna e ao Diário de Pernambuco. A sistematização desses dados em um relatório oficial é fundamental para acompanhar o progresso. **Célia** informou que, após entrar em contato com o proprietário da Fábrica da Torre, foi esclarecido que são serviços de manutenção da fábrica e nenhum projeto de intervenção está ocorrendo sem a aprovação da Fundarpe. O relatório deverá ser encaminhado rapidamente para inclusão no plano de fiscalização de 2024. Além disso, há solicitação para uma reunião anterior ao dia 20, e o GT de Monitoramento está atento a questões como o caso do Tacaruna. **Maurício** se solidarizou com a situação da Fábrica Tacaruna, chamou a atenção que o Conselho não pode ficar inerte. **Claudia Rodrigues** sugeriu que Augusto fizesse uma reunião com a equipe por terem várias iniciativas e levarem à reunião do Conselho. A presidente **Claudia**: O GT de legislação priorizou o edital específico de patrimônio, e vocês têm trabalhado juntos nessa comissão. Além disso, há preocupações sobre a Lei do Tombamento e sua atuação com a equipe de tombamento. A reunião com a gerência de preservação para acompanhamento de pendências e análise de processos é uma prioridade. O tombamento da Fábrica de Tecido de Camaragibe, remanescente da Vila Operária, também é prioritário. **Diomedes** retornou falando sobre o grupo composto por Augusto Ferrer, Claudia Pinto, Claudia Rodrigues, Edmilson Cordeiro, Harlan Gadêlha, Joana D'Arc Ribeiro e Rinaldo Carneiro Leão, que realizou diversas ações este ano e também discutiu perspectivas futuras. Uma das primeiras ações foi conduzir várias reuniões de acompanhamento com a Fundarpe para obter informações sobre o andamento dos processos de tombamento que estão em aberto. "Em maio, tivemos uma reunião produtiva com a equipe de tombamento, onde discutimos a situação e o progresso desses processos. É importante destacar que, em comparação com anos anteriores, houve um aumento considerável no número de processos de tombamento conduzidos este ano. Embora tenhamos recebido um cronograma para os próximos meses, entendemos que imprevistos e outras prioridades podem afetar o cumprimento rigoroso desse cronograma. Recentemente, recebemos três novos processos de tombamento. Considerando essa carga de trabalho, decidimos encerrar a relatoria desses três processos antes de agendar uma nova reunião de atualização com a equipe de tombamento. Houve uma reunião importante com a gerência para discutir o processo do conjunto do patrimônio Ferroviário. Eles estavam interessados em ouvir nossas opiniões sobre a escolha e seleção de alguns bens, considerando que se trata de um conjunto extenso com diferentes categorias e estados de conservação. Estamos aguardando o

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

andamento do processo do Conjunto Ferroviário. Além disso, há um processo relacionado ao patrimônio Ferroviário que está sob minha relatoria, Augusto e Claudia Pinto, outra ação nossa é a revisão e alteração da Lei Estadual de Tombamento 7970, que já avançamos e contribuímos junto com o GT de Legislação. Queríamos ouvir o colegiado como um todo, sugestões e recomendações, necessário também ouvir da sociedade pelo alcance que pode ter, fazer uma escuta de forma estratégica, bem como ouvir a Fundarpe". **Claudia Rodrigues** agradeceu ao Conselheiro Diomedes e falou da composição do GT de Tombamento, coordenado por Reinaldo, Augusto, Diomedes, Claudia, Harlan Gadêlha e Joana D'Arc, mencionou os coordenadores do GT de Bens Imateriais, composto pelo coordenador Cássio Ranieri, Cecília Canuto e Mônica Siqueira, e tem como prioridades o registro dos Bonecos Gigantes de Belém de São Francisco, a Buscada de São Gonçalo do Amarante e o Bolo de Noiva. Além disso, estão previstas reuniões com a coordenação do imaterial da Fundarpe para atualização dos registros, tratativas sobre a criação de comitês de salvaguarda da Literatura de Cordel e demais comitês, e inclusão da procissão do fogaréu como prioridade. **Cássio Ranieri** apresentou as prioridades definidas pelo grupo em relação ao GT de Bens Imateriais. "No primeiro ponto uma reunião com a coordenação do setor imaterial da Fundarpe já ocorreu, onde discutiu-se os processos e encaminhamentos. No segundo ponto é garantir a distribuição dos processos, incluindo o Bolo de Noiva. A Buscada de São Gonçalo já logrou êxito, bem como os Bonecos de Belém de São Francisco. No terceiro ponto trata sobre reunião trimestral com a Gerência do Imaterial. As atividades concluídas e em andamento estão sendo sistematizadas, bem como aquelas que ainda precisam ser realizadas. O Conselheiro Reinaldo Carneiro Leão se ofereceu para solicitar o ofício do vídeo da Procissão do Fogaréu, que está sendo produzido. No quinto ponto está sendo averiguado o funcionamento dos comitês de salvaguarda, especialmente em relação aos bens registrados. No sexto ponto, dar sequência à criação do Comitê de Salvaguarda da Literatura de Cordel é uma iniciativa importante que se soma aos esforços já em andamento. O sétimo ponto trata da averiguação do modelo de revalidação dos bens culturais reconhecidos há mais de 10 anos. Durante esse período, muitos desses bens foram instituídos por deputados estaduais, mas sem uma lei específica que os respaldasse legalmente. Isso significa que esses bens não possuem garantias ou previsões legais claras. Portanto, é necessário analisar se esses registros ainda seriam válidos com base nos títulos previamente concedidos. É importante destacar que essa situação mudou significativamente com a legislação de salvaguarda de 2018 e da alteração do regimento interno da ALEPE. Desde então, apenas o Conselho Estadual de Preservação tem autoridade para intitular bens culturais. Essa mudança resolveu muitas questões, pois o registro pelo Conselho da Fundarpe efetivamente confere direitos a esses patrimônios, diferentemente dos títulos anteriormente concedidos por deputados. Um exemplo atual é o registro do festival Rec Beat do Recife como patrimônio imaterial da cidade. Além do slogan e da visibilidade exponencial, o registro traz consigo implicações relevantes para a preservação desse

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

bem cultural. O nono ponto trata da avaliação da nota técnica preliminar realizada pela gerência do setor imaterial e pela coordenação da Fundarpe sobre a Caminhada de Osun de Camaragibe, bem como dos encaminhamentos necessários. Essa demanda surgiu no inventário participativo dos bens culturais de Camaragibe, onde a manifestação já havia sido identificada e inventariada por meio de um modelo participativo. No entanto, esse modelo não possui desdobramentos legais. Após análise positiva pela coordenação, existe a possibilidade de que a Caminhada de Osun seja reconhecida como patrimônio do Estado. Já temos agendada uma apresentação ao conselho no dia 21 de dezembro para oficializar o registro por meio de um ato solene conduzido pelo nosso Conselho”.

Claudia Rodrigues: O GT de monitoramento concentrou-se em ações relacionadas aos processos de registro, incluindo propostas de melhoria e implantação. A caminhada de Osun de Camaragibe foi incluída como prioridade, e o Decreto 1805, anunciado recentemente, abrange o pedido de registro dessa manifestação. Além disso, a reunião do Bolo de Noiva está agendada para o dia 14, e processos anteriormente parados estão sendo retomados. A presidente anuncia que a Governadora do Estado, Raquel Lyra, assinou o Decreto 55905, onde homologa a Resolução 06, de 01 de setembro de 2023, conferindo título de patrimônio cultural imaterial do Estado a celebração dos primeiros bonecos gigantes de Pernambuco, Zé Pereira e Vitalina, surgidos em Belém de São Francisco. A secretária **Amanda Carneiro** informou que está agilizando, junto com o jurídico, sobre as outras resoluções de processos que estavam parados. A presidente **Claudia Rodrigues** fez um resumo citando a Lei do Patrimônio Vivo, foi concluído e ressaltou a ideia de um seminário dos patrimônios vivos como uma prioridade. **Mônica Siqueira** recebe a fala: O decreto tão esperado foi anunciado, e o trabalho concluído no Conselho foi motivo de satisfação. Foram seis pareceres ao todo, tombamento de três materiais e três imateriais incluindo a felicidade coletiva em Belém de São Francisco, foi um marco importante. O GT de Patrimônio Vivo concentrou-se na revisão da Lei do Tombamento, um esforço significativo para promover a igualdade. Além disso, a união dos patrimônios vivos, criada durante a pandemia, continua ativa e pode ser uma base para futuras propostas e interlocuções em nível nacional. **Claudia Rodrigues:** A ideia é compilar os avanços e prioridades de todos os GT's até o término do período, que vai até o último dia de março. Haverá uma reunião com todos os conselhos no dia 15, e a sugestão é que Cecília, apresente o material compilado. Além disso, considerando a confraternização, a reunião pode ser estendida se necessário. As ações relacionadas ao aumento e criação de conselhos e à articulação com a sociedade civil ficam para a próxima semana, no dia 14. A agenda com a Secretaria de Educação está sendo buscada para janeiro. É importante agilizar, pois a educação faz o planejamento anual. **Cássio Ranieri:** A primeira prioridade do GT de Educação incluem a minuta do Programa Estadual de Educação Patrimonial, documento analisado pelo Conselho e pela PGE. O segundo ponto são as reuniões trimestrais com a coordenação de Educação Patrimonial e a criação do Plano Estadual de Educação Patrimonial. O item 3 é a organização e mobilização para criação do Plano Estadual de Educação Patrimonial, conforme o Plano

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Estadual de Cultura e o que acertado na 5^a Conferência Estadual de Cultura. O item 4 é a reunião com a Comissão do Funcultura sobre linha específica na área do patrimônio, contemplando ações em educação patrimonial. O item 5, revisões devidos encaminhamentos da lei decreto do programa Estadual que é um item condicionado àquele primeiro para que a gente efetivamente possa dar os encaminhamentos. Item 6, participarem na avaliação do projeto Mestres nas Escolas, parceria já existente entre a Secult e a Seduc. Para nós ainda não nos inteiramos e não participamos dessas tratativas. Item 7 é importante realizar uma reunião com a Secretaria Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Educação para discutir medidas e ações em educação patrimonial. Dificuldades anteriores: Já tentamos fazer essa ponte, mas enfrentamos dificuldades. Com a mudança de gestão, esperamos que essa relação possa ser mais facilitada. Item 8, Campanha Institucional em Educação: Estimular a campanha institucional em educação patrimonial, envolvendo a Empetur, a Secretaria de Turismo e eventual apoio da iniciativa privada, especialmente os conglomerados midiáticos locais. No passado, houve uma tentativa de articulação com algum representante da Rede Globo Nordeste, mas não se desdobrou. Seria interessante retomar essa conversa, participação em Webinários sobre Educação Patrimonial, mobilizar agentes para participar dos webinários sobre educação patrimonial, mas é importante verificar se esses webinários ainda estão ocorrendo. **Claudia Rodrigues** mencionou que a Secretaria de Educação está agendando uma reunião extraordinária para discutir propostas e ideias. O objetivo é abordar questões importantes e buscar formas de implementação mais definitiva. Além disso, haverá uma apresentação única do Conselho no dia 15, após a reunião do 'Bolo de Noiva'. **Ana Barbosa** parabenizou **Claudia Pinto** que em seguida falou que o Ministério Público encaminhou uma reunião com os Grupos de Trabalho de Articulação e Fomento e Criação de Conselhos. Agradeceu ao Ministério Público pelo cuidado e atenção dedicados à nossa área. A reunião está agendada para o dia 18 de dezembro, às 14h. **Margarida Cantarelli** falou da importância de assumir a presidência do tribunal, especialmente considerando do compromisso de Valdecir com a área cultural. A parceria com a Escola de Contas e o Ministério Público visa fortalecer a atuação conjunta. O conselheiro Valdecir Pascoal demonstrou grande receptividade e incluirá a prioridade de educação patrimonial em sua plataforma de gestão. Essa colaboração reforça a fiscalização e a aplicação de sanções por descumprimento de obrigações. O apoio do Tribunal de Contas do Estado é valioso para fortalecer nossos esforços. **Claudia Rodrigues** foi agraciada pelo Conselho, imensamente, por voz de Margarida, por terem sido recebidos de forma tão calorosa. **Claudia Rodrigues** ainda deixa registrado: "Todos gostam muito de você. É um privilégio tê-la conosco, Margarida. Isso também vale para o Professor Roberto". Nada mais a tratar, dei por encerrada a reunião, **Claudia Regina de Farias Rodrigues** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

CEPPC

PERNAMBUCO
CONSELHO ESTADUAL
DE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



FUNDARPE
FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Amanda Carneiro

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (Secretária)

Braga

Ana de Fátima Braga Barbosa

Mel

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

CR

Claudia Regina de Farias Rodrigues

Diomedes de Oliveira

Diomedes de Oliveira Neto

Joana D'Arc Ribeiro

Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Margarida de Oliveira

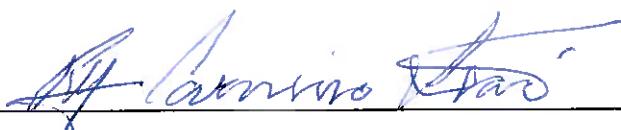
Margarida de Oliveira Cantarelli

Martin Leandro Emmanuel Palacios Teixeira de Freitas

474^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Mônica Siqueira da Silva

Mônica Siqueira da Silva



Reinaldo José Carneiro Leão



Roberto José Marques Pereira



Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos



Claudia Pereira Pinto



Marcos Paulo Aurélio dos Santos



Maurício Barreto Pedrosa Filho